

INVENTARIANDO SENTIDOS: PATRIMÔNIO IMATERIAL NA REGIÃO DO MATO GRANDE (RN)

Olivia Moraes de Medeiros Neta¹, D'ávila Regina Silva Rodrigues² e Joicy Daliane Silva Oliveira³
E-mail: olivia.neta@ifrn.edu.br¹; davilarodrigues01@hotmail.com²; joicydaliane@hotmail.com³

RESUMO

Este trabalho se insere no campo da História e tem como tema *patrimônio imaterial* o que concorre para o objetivo de mapear os bens do patrimônio imaterial da região de Mato Grande no Rio Grande do Norte, considerando os eixos temáticos adotados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a saber: os saberes e ofícios tradicionais, as formas de expressão, as

festas e celebrações e os lugares de sociabilidade. De conformidade com o objetivo proposto utilizaremos a metodologia do Inventário Nacional das Referências Culturais (INRC). Para tanto faremos uso de questionários com o intuito de identificar, documentar e registrar sistematicamente os bens culturais expressivos da região do Mato Grande (RN).

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio imaterial, Mato Grande, Rio Grande do Norte.

INVENTORYING SENSES: INTANGIBLE HERITAGE IN THE REGION OF MATO GRANDE (RN)

ABSTRACT

This work belongs to the field of history and has as its theme intangible heritage which contributes to the objective of mapping the assets of the intangible heritage of the region of Mato Grande in Rio Grande do Norte, considering the themes adopted by the Institute of Historical and Artistic Heritage national, namely knowledge and traditional

crafts, forms of expression, festivals and celebrations and places of sociability. In accordance with the proposed objective we use the methodology of the National Inventory of Cultural references (INRC). For this we will make use of questionnaires in order to identify, document and record systematically the cultural expressive region of Mato Grande (RN).

KEYWORDS: Intangible heritage, Mato Grande, Rio Grande do Norte.

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Brasileira de 1988 acena para um amplo entendimento de patrimônio cultural que envolve bens de natureza material e imaterial. O patrimônio imaterial ou intangível compreende as manifestações culturais, os valores, a tradição, os saberes e os costumes.

O artigo 216 da Constituição Federal de 1988, através do Decreto 3.551/2000, criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e instituiu o registro nos livros temáticos do IPHAN e o inventário como formas de proteger esse patrimônio.

Com base na assertiva do inventário como uma das formas de proteger o patrimônio imaterial, propomos ao CNPQ, PIBIC-EM o inventário do patrimônio na região do Mato Grande, considerando os eixos temáticos adotados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a saber: os saberes e ofícios tradicionais, as formas de expressão, as festas e celebrações e os lugares de sociabilidade.

Nesse texto, especificamente, objetivamos apresentar o mapeamento dos bens do patrimônio imaterial da Região do Mato Grande. Essa região é composta pelos municípios das microrregiões da Baixa Verde e do Litoral Nordeste do Estado do Rio Grande do Norte.

Assim, o mapeamento dos saberes e ofícios tradicionais, das formas de expressão, das festas e celebrações e dos lugares de sociabilidade da Região do Mato Grande se constitui enquanto uma etapa do projeto de pesquisa Inventariando sentidos: patrimônio imaterial na região do Mato Grande (RN).

2 METODOLOGIA

O mapeamento dos bens culturais da Região do Mato Grande integra as atividades de pesquisa do inventário do patrimônio imaterial da Região do Mato Grande. Os inventários de identificação do patrimônio cultural são instrumentos técnicos tradicionalmente utilizados pelas agências de preservação e tem como principal objetivo produzir conhecimento sobre determinado bem cultural. O Inventário Nacional das Referências Culturais (INRC) é um instrumento de identificação fechado, composto por extensos questionários, que objetiva identificar, documentar e registrar sistematicamente os bens culturais expressivos da diversidade cultural brasileira. Assim, o INRC é um instrumento de política cultural voltado para o conhecimento e identificação de 'novos' bens culturais.

A partir das deliberações metodológicas do INRC produzimos fichas de cadastro temáticas, com campos que incluem a: 1) Caracterização da manifestação patrimonial; 2) Informações históricas; 3) Descrição no presente; 4) Bens relacionados; 5) Intervenções; 6) Referências pesquisadas; 7) Mídias pesquisadas e produzidas acerca dos bens. Segundo Castro e Fonseca (2008) a metodologia do inventário possibilita: 1) auxílio, quando for o caso, à instrução dos processos de registro; 2) promoção do patrimônio cultural imaterial junto à sociedade; 3) orientação para ações de apoio e fomento a bens culturais em situação de risco ou de atendimento a demandas advindas do processo de inventário; 4) tratamento e acesso público às

informações produzidas sobre esse universo. Para tanto elencamos as seguintes etapas do inventário: a) levantamento preliminar; b) identificação e c) documentação.

Para a apresentação do mapeamento dos bens culturais realizamos o *levantamento preliminar* composto por atividades de reunião e sistematização das informações disponíveis sobre o universo a inventariar e a etapa da *identificação* que correspondeu a descrição sistemática e tipificação das referências culturais relevantes; e as relações entre estas referências e outros bens e práticas; e indicação dos aspectos básicos dos seus processos de formação, produção, reprodução e transmissão.

A etapa da *Documentação* na qual há o desenvolvimento de estudos técnicos e autorais, de natureza eminentemente etnográfica, e produção de documentação audiovisual ou outra adequada à compreensão dos bens identificados, realizadas por especialistas, segundo as normas de cada gênero e linguagem; inclui, ainda, a fundamentação do trabalho de inserção dos dados, obtidos nas etapas anteriores do inventário.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nas últimas décadas espalharam mundialmente obsessões com o passado e, sobretudo, com o que nós costumamos chamar de “patrimônio” (CERTEAU, 1994). Esse entendimento favoreceu a ampliação dessa noção que passou a congrega bens materiais e imateriais, tangíveis e intangíveis considerados “manifestações ou testemunho significativo da cultura humana”.

Segundo Choay (2000) o patrimônio assume a representação da cultura ocidental a partir da mundialização dos valores e referências internacionais concernentes a seu trato, em especial as convenções e recomendações da UNESCO, entre as quais a da Conferência Geral de Genebra, em 1972, na qual se criou a categoria de 'patrimônio cultural da humanidade' para classificar os monumentos históricos de excepcional valor universal, quer do ponto de vista Histórico quer do da Arte ou Ciência.

Nesse contexto, o patrimônio imaterial pode ser considerado referências das identidades sociais e “[...] as práticas e os objetos por meio dos quais os grupos representam, realimentam e modificam a sua identidade e localizam a sua territorialidade.” (ARANTES, 2001, p. 131). Assim, os patrimônios imateriais são “sentidos atribuídos a suportes tangíveis”, às práticas e aos lugares.

No Brasil, encontrou as vias legais de sua proteção através de políticas públicas por meio da Constituição Federal de 1988. Esta assegura, no Art. 216, o caráter material e imaterial do patrimônio cultural no Brasil, bem como o dever do Estado de protegê-lo, em consonância com a comunidade, através de inventários, registros, e, entre outros, o instituto do tombamento.

A regulamentação desse artigo, entretanto, só veio a lume com a criação do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial (GTPI) em 1998 e a posterior edição do Decreto Federal nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, que criou o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI) e instituiu o registro como forma de proteção dos bens culturais de natureza imaterial.

O Decreto Federal 3.551 estabeleceu o patrimônio imaterial em quatro categorias, objetivando o seu registro em livros específicos, a partir de processos desencadeados pelo

Ministério da Cultura e suas instituições, secretarias estaduais, municipais e Distrito Federal, além de sociedades ou associações civis: os saberes (conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades, as celebrações (rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social), as formas de expressão (manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas) e os lugares (mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas. (BRASIL, 2000).

Considerando que o patrimônio imaterial equivale a um conjunto de heranças culturais – de natureza imaterial – que se encontra enraizado entre as populações de determinado território, e que necessita, por outro lado, de um suporte material para que possa ser conhecido e até mesmo registrado (MACEDO, 2005) o mapeamento dos bens culturais da Região do Mato Grande traz os seguintes bens culturais (ver Tabela 1):

4 CONCLUSÃO

Iniciativas desse tipo já vêm sendo desenvolvidas no Estado do Rio Grande do Norte, a exemplo do Inventário do Patrimônio Imaterial realizado em Carnaúba dos Dantas, na região do Seridó, sob o patrocínio da PETROBRAS – coordenado pelo historiador Helder Alexandre Medeiros de Macedo – e o “Inventário das Referências Culturais do Seridó”, sob o auspício do IPHAN e coordenação da antropóloga Julie Antoinette Cavnac. Além desses, ainda citamos o projeto “Patrimônio Cultural Potiguar em seis tempos” vinculado ao programa Monumenta – UNESCO/Minc/BID.

Dessa forma, realizar o mapeamento das referências culturais do Mato Grande está em consonância com a busca constante de conhecer e proteger o patrimônio cultural, pois essa ação significa dirigir o olhar para representações que configuram uma ‘identidade’ da região para seus habitantes, e que remetem à paisagem, às edificações e aos objetos, aos ‘fazeres’ e ‘saberes’, às crenças e hábitos.

5 APRESENTAÇÃO DE FIGURAS, TABELAS E EQUAÇÕES

Tabela 1 – Mapeamento dos bens culturais da Região do Mato Grande (RN)

Cidade	Bens culturais			
	Saberes e ofícios tradicionais	Formas de expressão	Festas e celebrações	Lugares de sociabilidade
Bento Fernandes			Festa de Nossa Senhora Aparecida	Praça da Matriz
Jandaíra	Produção de mel		Festa de São José	Praça da Matriz Praça Nova
João Câmara	Arte do couro	Banda de música	Festa de Nossa Senhora Mãe dos Homens	Comunidade do Amarelão Estação ferroviária Igrejinha
Maxaranguape			Festa de Nossa Senhora da	Ma-noa parque Praia de Maracajau

			Conceição	Parrachos de Maracajau
Parazinho			Festa de Nossa Senhora de Nazaré	
Pedra Grande			Festa de São Francisco	Praia do Marco
Pureza			Festa de Nossa Senhora da Pureza Pura folia Carnaval Festa da emancipação política do município	Igreja de Nossa Senhora da Pureza Olheiro
Poço Branco			Festa do Sagrado Coração de Jesus	Barragem Alecrim Futebol Clube Praça Coração de Jesus
Rio do Fogo		Lenda da Lagoa do Fogo	Festa de Nossa Senhora dos Navegantes Fogofolia	Colônia de Pescadores Praça da Matriz
São Miguel do Gostoso		Boi de Reis	Festa de São Miguel Arcanjo	
Taipu		Lenda do Papagaio	Festa de Nossa Senhora do Livramento Festa da emancipação política do município Festa de Reis	Praça da Matriz Cajarana Clube Batistão Clube
Touros		Banda de Música	Festa de Bom Jesus dos Navegantes Festa junina	Praça da Matriz

Fonte: Projeto *Inventariando sentidos: patrimônio imaterial na região do Mato Grande (RN)*

Esse mapeamento é uma etapa indispensável para a construção do inventário do patrimônio imaterial da Região do Mato Grande. No entanto, ressaltamos que os bens culturais listados para cada cidade estão passível de alterações, pois é a relação entre história, memória e representações socioculturais de uma comunidades com suas referências que (de)marca saberes, expressões, celebrações e lugares do patrimônio imaterial.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Ana Claudia. **O patrimônio cultural brasileiro: novos instrumentos de preservação.** Brasília: MinC: IPHAN: DID, 2002.

ARANTES, Antônio Augusto. "Patrimônio imaterial e referências culturais". Rio de Janeiro, **Tempo Brasileiro: Patrimônio Imaterial**, n. 147, out./dez. 2001.

BRASIL. Constituição Federal (1988). Seção II, Artigo 216, *caput*, incisos, parágrafos.

BRASIL. Decreto Presidencial 3551/2000 de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/legislacao/decretos/index.html>> Acesso em 15 out. 2010.

CASTRO, Maria Laura Viveiros de; FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio imaterial no Brasil**. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHOAY, François. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.

FONSECA, Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1997.

_____. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: **IPHAN. Manual de aplicação do INRC**. Brasília: MinC/IPHAN/Departamento de Documentação e Identificação, 2000.

_____. “Para além da ‘pedra e cal’: por uma concepção ampla de patrimônio”. Rio de Janeiro, **Tempo Brasileiro: Patrimônio Imaterial**, n. 147, out./dez. 2001.

FUNARI, Pedro Paulo. **O que é Patrimônio Cultural Imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. Belo Horizonte, **Varia História**, v. 22, n. 36. Jul./dez. 2003, p. 261-273.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Inventário Nacional de Referências Culturais, Manual de Aplicação. Brasília: DID, 2000a.

_____. **Patrimônio Imaterial** – Decreto 3551/2000. Disponível em:

<http://www.iphan.gov.br>. 2000b. Acesso em: 13 out. 2010.

_____. **Patrimônio Imaterial: estratégias e formas de proteção**. Atividades da Comissão e do Centro de Trabalho criados pela Portaria IPHAN 37/98, 1999.

LEMOS, Carlos. **O que é Patrimônio Histórico**. São Paulo: Brasiliense, 2004

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Levantamento do patrimônio imaterial no rio de Grande do Norte. Disponível em: [http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST_13 - Helder Alexandre Medeiros de Macedo TC.PDF](http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST_13_-_Helder_Alexandre_Medeiros_de_Macedo_TC.PDF). Acesso em: 21 de julho de 2010.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. (Org.). **Ritmos, sons, gostos e tons do Patrimônio Imaterial de Carnaúba dos Dantas**. Caicó: Netograf, 2005.